

## **RESUMO DA REUNIÃO SOBRE O PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR SOBRE OS 10% DAS RECEITAS CORRENTES BRUTAS PARA O SUS.**

Com a participação de conselheiros do Conselho Nacional de Saúde (CNS) juntamente com representações do Conselho Nacional de Saúde de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde (CONASS), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Associação Médica do Brasil (AMB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras entidades, conforme a lista de presença, realizou-se no dia 13 de março de 2011, no Conselho Federal de Psicologia, no SAF SUL, Quadra 2, Edifício Via Office, sala 104, em Brasília – DF a Reunião sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre os 10% das Receitas Correntes Brutas para o SUS.

O objeto principal da reunião foi a discussão do lançamento de uma mobilização nacional de apoio a proposta de alteração da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, na qual ficou acordado que será realizada no dia 17 de abril de 2012, na sede da OAB do DF, às 14 horas, a Campanha do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, intitulada “SUS mais 10”.

O movimento deverá recolher 1,5 milhões de assinaturas, mínimo necessário para que um Projeto de Lei de Iniciativa Popular seja apresentado à Câmara dos Deputados.

O representante da OAB manifestou a empolgação com o tema e explicou sobre como a instituição passou a elaborar e participar ativamente na luta pelo financiamento da saúde, nos moldes de ações anteriores em defesa da saúde.

O representante da CNBB enfatizou que o momento é adequado e ressaltou que há três anos o tema em discussão já estava sendo explorado. Informou que em todas as cidades do país o assunto do financiamento está sendo tratado com capacitação para ampliação das ações.

Por se tratar de um projeto de iniciativa popular, houve um consenso de que era necessário aprimorar o debate no sentido de se criar subsídios para compreensão do tema em questão.

## MANIFESTAÇÕES E SUGESTÕES

1. Necessidade de mais recursos para a saúde em razão das demandas da população, que poderão ser usados em prol de ações para a saúde, considerando as dificuldades da população no acesso ao SUS;
2. Perspectivas do movimento para melhorias na saúde;
3. Viabilização e flexibilização das unidades de saúde para colher as assinaturas;
4. Preocupações com relação ao fator previdenciário, referente a prevenção e ao financiamento por invalidez, que requer atenção especial;
5. Criar uma organização mais articulada e com credibilidade;
6. Maior amplitude do movimento e a necessidade de se produzir um texto com mais clareza e que demonstre a importância sobre o financiamento;
7. Dificuldades em se organizar um movimento na área da saúde em ano eleitoral. Saber como utilizar este momento político;
8. Sobre as privatizações - a importância da não aceitação das terceirizações e quarteirizações (mais uma das formas de desvio de verbas públicas), visto que não existe concorrência;
9. A prioridade de se cobrar um financiamento mais justo com a correta aplicação e a transparência dos recursos públicos;
10. Destaque para a situação do DF, onde as políticas não são implantadas adequadamente, deficiência de fiscalização, baixa execução dos recursos públicos, e a devolução de dinheiro pela falta de projetos ou de pessoal qualificado;
11. Formulação de datas e contribuições de cada entidade envolvida que deverá se perpetuar até o final do ano;
12. Ações mais efetivas de prevenção, com intervenções que reduzam a origem e evolução de doenças na população, a exemplo do saneamento básico como uma das medidas para a promoção da saúde;
13. Sensibilizar a classe dos professores de todo o país, para que este movimento da saúde seja incluso no âmbito da educação;

14. Necessidade de uma ampla divulgação para que se informe à sociedade, inclusive, no sentido de se preparar as pessoas para a necessidade do uso do título de eleitor que deverá constar da lista de assinaturas;
15. Criação de uma agenda com objetivo de ampliação do movimento em consenso;
16. Necessidade de gerar um mailing com as instituições presentes para maior interação.

### METODOLOGIA DE TRABALHO

Consolidar a questão central deste movimento em defesa da saúde, que tem como objetivo específico e concreto resgatar os 10% das receitas da união para a saúde.

Uma vez definida a questão central atrelar o acerto político, neste primeiro momento, com intuito de que se possa ampliar os protagonistas desse movimento. Os protagonistas tem que ser as organizações que assinam e manifestam apoio ao Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública.

Pactuadas as questões anteriores, o desdobramento (com um processo de coordenação estabelecido) será crescente tomando-se, como exemplo, a campanha das 40 horas semanais, na qual as listas tinham espaços para inserir as marcas das organizações, predefinidas, com a numeração.

Algumas ponderações foram feitas no sentido de que se aguarde apoio integral das entidades, a exemplo da CNBB, para o lançamento público do movimento (que se manifestará no final de abril), de como sensibilizar os secretários estaduais de saúde e como o CNS vai mobilizar os conselhos estaduais antes do lançamento. A internet e os correios serão peças assessórias nesta mobilização, mas o fundamental é a coleta das assinaturas em mãos.

Reiterou-se a divulgação da ampla mobilização desta reunião, na qual a CNBB já formalizou a sua adesão. A proposta é que o lançamento da Campanha nos estados deve, no máximo, ir até o fechamento do Congresso Nacional no mês de julho e que já se inicie as mobilizações nas entidades, para que se possa fazer um grande lançamento em maio.

Foi aprovado um GT para iniciar esta articulação e que a tarefa de envolvimento de outros setores e organizações deve ser imediata, com o envolvimento integral de todos.

### ENCAMINHAMENTOS

1. Elaboração da lista de assinaturas em papel, com título de eleitor, zona e sessão. A matriz deve estar disponível no site para impressão de cópias.
2. O texto tem que ser o mais objetivo possível.
3. Viabilizar a estrutura para o recebimento das listas.
4. Acertar a divulgação para a sociedade desta pauta – marcar um lançamento público com presidentes das organizações em Brasília.
5. Construir o calendário de ações.
6. Estabelecer coordenação nacional para encaminhamento operacional.
7. Criar um grupo para definir as questões operacionais: logística, definição do cabeçalho para as assinaturas.
8. A comissão vai elaborar um release para divulgação e mobilização, que inclua o cabeçalho e encaminhamentos do abaixo-assinado.
9. Criação de um GT com a participação dos seguintes membros: Eliotério (CONAN), André (CNBB), Alexandre (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down).
10. Elaborar um documento conceitual-político, sintético, explicando as razões deste movimento.
11. Repassada a matriz, estados e municípios já iniciarão coleta mesmo antes do lançamento.

### CONCLUSÃO

Foram eleitas para compor a Coordenação Nacional as seguintes entidades: AMB, OAB, CONASEMS, CNBB, FENAFAR, Fórum Sindical, CNS

e CNTS, representação do Conselho Municipal de BH (Ângela Eulália), representante do Movimento Brasileiro de Luta contra as Hepatites Virais - MBHV. Hermínia informou que será indicado o nome de uma mulher como representante dos movimentos sociais.

**Conselheira Rosangela Santos - Relatora**